



A INFLUÊNCIA DOS ESTUDOS CULTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DOS diferentes olhares e saberes sobre os povos indígenas

Antonio H. Aguilera Urquiza¹ & Valéria A. M. O. Calderoni²

*O que estou querendo dizer, de uma forma muito simples,
é que nossas ideias sobre as coisas constroem as coisas...*

(COSTA, 2007, p.17).

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar a constituição, a trajetória, o pensamento e a influência dos Estudos Culturais para compreensão das emergentes formações culturais e sociais, tais como de classe, gênero, raça, etnia, entre outras constituições contemporâneas.

Ao referirmos as ideias de um campo de saber pretendemos focalizar diretamente essa conexão dos Estudos Culturais para o entendimento de nossa relações e representações sobre a identidade dos povos indígenas. A inserção desse campo de saber permite-nos definir contornos, pressupostos e deslocamentos epistêmicos a respeito desses povos³. Consideramos relevante

¹ Antonio H. Aguilera Urquiza é professor da UFMS e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural da UFGD e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB.

² Valéria A. M. O. Calderoni é doutoranda do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco- UCDB, linha 3 – Diversidade Cultural e Educação Indígena, bolsista CAPES/PROSUP.

³ Utilizamos a expressão índio ou povos indígenas neste trabalho para nos referir aos indivíduos dos vários grupos étnicos “nativos” brasileiros, cientes das ambiguidades desta denominação. Acorados em Oliveira (2003, p.27) argumentamos que, ao tentar “substituí-la nesse momento

discutir o(s) paradigma(s) a partir do(s) qual(is) esse campo se desenvolve; bem como sua contribuição para a construção dos diferentes olhares e saberes sobre os povos indígenas.

Ao realizar uma pesquisa associada ao campo dos Estudos Culturais, com vistas a perceber as influências deste na construção dos diferentes olhares sobre os povos indígenas, tornamos possível nos distanciarmos de uma construção histórica discursiva⁴, imposta por um projeto colonizador.

Para Bhabha (2003), trata-se do discurso colonial, entendido como uma estratégia que opera as relações de poder, saber e ser, que se sustentam no reconhecimento e no repúdio das diferenças raciais, culturais, históricas e coloniais. Segundo o autor, “[...] sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para ‘povos e sujeitos’, através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer e desprazer” (2003, p. 90).

Dentro dessa perspectiva consideramos importante lembrar Hall (1997), quando nos informa o caráter público, social e constituidor da linguagem. E, por mais recônditas que sejam, definem nosso pertencimento e constroem nossas identidades, pois é no interior das representações e estereótipos que definimos o que somos e o que os outros são. Esse entendimento nos permite compreender que não nascemos com uma identidade cultural, mas a definimos no interior de cada cultura.

10

implicaria uma outra invenção”. Afirmamos com o autor “Reconheço que é uma denominação comprometida com determinado olhar e que cada grupo dessa etnia tem características culturais próprias, como cada um de seus membros tem especificidades individuais” (idem).

⁴ Neste texto usamos a palavra “discurso” não na perspectiva da linguística, na qual a preocupação principal é com a estrutura de linguagem. Em vez disso, o termo “discurso” é usado aqui tal como Foucault e o pós-estruturalismo. O foco está muito mais no conteúdo e no contexto da linguagem. Os discursos, no contexto de relações de poder específicas, historicamente constituída, e invocando noções particulares de verdade, definem as ações e os eventos que são plausíveis, racionalizados ou justificados num dado campo. Portanto, ao fazer referência a discursos, nossa intenção é assinalar uma preocupação não tanto com o que as palavras significam quanto com a forma como as palavras, conjuntos de sentenças e práticas relacionadas funcionam (BOVÉ, 1990; apud GORE, 2008, p. 9-10).

Hall (2003) problematiza o conceito de identidade argumentando que esta atrela-se aos sistemas de representações. Para Hall (2003), nossas identidades estão intrinsecamente vinculadas à “[...] questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura”(p.109). Esse entendimento nos leva a perceber que os discursos estão articulados às significações que marcam as identidades indígenas.

A partir da perspectiva dos Estudos Culturais é possível propor “olhares” outros para os povos indígenas, problematizar a constituição de suas identidades individuais e coletivas que decorrem da(s) filiação(ões) paradigmática(s); e da subjetividade discursiva dos sujeitos.

Falar sobre os povos indígenas de maneira homogeneizante é uma tarefa difícil, pois abrange uma multiplicidade de situações de histórias diversas de contato interétnico com as populações índias e não índias. Também envolvem desde situações de expulsão à migração espontânea, processos de representação e estereótipos marcadores de identidades, processos de identificação e classificação ambíguos e ambivalentes.

Os povos indígenas, por termos um olhar apresentado pelo colonizador, acabaram e ainda acabam sendo posicionados como os “outros”, “os diferentes”, e esse posicionamento decorre das relações de poder que são “outorgadas” pela cultura ocidental, pelos colonizadores, como indica-nos Bhabha (2003). Ou seja, esses povos encontram-se inscritos com as marcas culturais, sociais e epistêmicas em decorrência de como foram impostas e são ordenadas na chamada cultura ocidental. Como diz o provérbio africano, “[...] até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça” (COUTO, 2012, p. 9). Em outras palavras, as narrativas desses povos foram subalternizadas pelas narrativas hegemônicas impostas pela colonialidade, situação em que seus saberes não são considerados “acadêmicos” e suas lógicas como conhecimentos limitados, mágicos, de segunda categoria.

Segundo Brand (2010), os povos indígenas são “eticamente diferentes”, sujeitos com saberes, fazeres, visão e experiências históricas diferentes das entendidas como universais. Por terem outra lógica para se relacionarem com o mundo, por terem cosmovisão própria, foram e ainda são subjugados e postos às margens da sociedade envolvente.

Com a perspectiva dos EC é possível voltar o olhar para as práticas sociais e culturais, para o modo como epistemologicamente os sujeitos, conhecimentos, significados são produzidos, organizados e dinamicamente rearranjados, analisando como se instituem as formas de pertencimento, legitimação e ou subalternização de uma determinada cultura.

O trabalho está ancorado em Bhabha (2003), Brand (1997, 2010), Hall (1997, 2003), Costa et all (2003) entre outros, que contribuíram com as ideias e conceitos que sustentam a construção teórica deste estudo. Com eles, buscamos um “outro” olhar sobre a cultura e os processos pelos quais, através das posições discursivas, se constroem identidades que posicionam os povos indígenas.

O trabalho está estruturado em momentos. Em um primeiro momento é traçada uma breve genealogia do campo de saber dos Estudos Culturais, propondo pensá-lo como um “filtro ótico” (DAUDER e BACHILLER, 2002) para uma possível leitura das nossas relações com os povos indígenas. Posteriormente, apresentamos alguns conceitos relevantes para esta discussão. E, ao colocar essa discussão, o artigo sugere que a introdução dos conceitos problematizados pelos autores dos Estudos Culturais, apresenta-se como uma das possibilidades de entendimento das construções históricas, sociais e culturais que muitas vezes nos impedem de termos relações mais respeitosa⁵ com os povos indígenas.

12

Nas últimas décadas, em relação ao Brasil, de modo especial no Nordeste, ocorre algo que alguns chamam de emergência das identidades indígenas – emergência de grupos que sempre “estiveram ali”, mas, justamente pela situação de subalternidade, foram invisibilizados pela sociedade colonial. Dessa forma chamamos a atenção para a maneira como olhamos para as identidades do “outro”, e ao problematizá-las podemos ir além da contemplação da diversidade. E, quiçá, possamos olhar para a diferença cultural pela perspectiva epistemológica da identidade, da etnicidade e da alteridade abordada pelo aporte dos Estudos Culturais.

⁵ Ao pensar a alteridade do outro e sua diferença, esta deve ser compreendida como uma atitude respeitosa: respeito, neste entendimento, significa não só uma atitude passiva de reconhecimento do outro na sua diferença, mas também a capacidade de relacionar-se com ele como tal (CALDERONI, 2010, p.115).

DISCUTINDO COM FERRAMENTAS TEÓRICAS EPISTEMOLÓGICAS: mudando o olhar

O leitor deve indagar que relação pode ter em si a temática indígena com os Estudos Culturais? A resposta a essa indagação pode-se basear em duas características desse campo: uma refere-se à sua articulação com outros campos de saberes, pois o campo dos EC não se define como uma “lógica” de ver a realidade, mas como campo de múltiplos saberes, apresentando-se com um caráter processual e não definitivo. A outra característica refere-se à chamada “centralidade da cultura” (HALL, 1997).

Não traçaremos uma cartografia dos Estudos Culturais. Trata-se apenas de apresentar uma compreensão teórica e historiográfica desse campo de saber que, desde sua gênese, definiu-se como transdisciplinar, acolheu diferentes posicionamentos teóricos-metodológicos, seus pensadores criam relações e vínculos com distintos pressupostos epistemológicos.

Como a teoria que fundamenta nossa lógica metodológica vem do aporte dos EC, isso nos ajuda a abordar a temática indígena a partir das relações entre o discurso e a cultura, considerando tanto as práticas como as estruturas, articulados por ela no mundo social. Ao trilharmos por esse campo, faz-se necessária uma mudança na perspectiva de análise no âmbito da cultura⁶.

No âmbito educacional, os EC também recorrem às várias fontes teóricas e metodológicas e abarca diferentes saberes. Seus pesquisadores propõem que o conhecimento seria para além do fruto das relações históricas entre homem e natureza. Distanciando das análises marxistas, para os pensadores dos EC, todos os “[...] acontecimentos políticos e culturais são ‘explicados’ em termos das afiliações de classe dos seus atores” (HALL, 2003, p. 132). Buscam, então, pensar as diferenças entre povos e nações para além de recortes de classe social, o que nos permite compreender o porquê nossas relações com os povos indígenas ainda permanecem coloniais.

⁶ Estamos usando a expressão cultura entendendo com Hall (1997) “é uma maneira de olhar e interpretar os processos sociais e culturais”. Silva (2000, p.32) também nos afirma que [...] “a cultura é teorizada como campo de luta entre diferentes grupos sociais em torno da significação.

Diferentemente do recorte marxista, os pensadores do campo dos EC defendem que se pense a cultura como uma atividade por meio da qual não apenas se reproduz, mas também se faz história. Hall (2003) argumenta que precisamos analisar de onde se estabelecem os discursos, afirmando que estamos “eticamente situados”, já que todos falam a partir de um lugar, de uma história de vida, de uma experiência. E, ao nos relacionar com os povos indígenas, acabamos tendo nossa cultura como referencial hegemônico, passamos a analisá-los a partir do nosso referencial, e aí aparece a estranheza.

Para esse campo teórico, faz-se necessária uma mudança na perspectiva de análise no âmbito da cultura, pois olhando sob a perspectiva da cultura ou pela cultura, configurações vão surgindo, os conceitos vão se ressignificando⁷, ajudando-nos a pensar como produzimos e posicionamos a diferença étnica existente.

Os Estudos Culturais desde a sua origem, com Hall (1972), (no contexto britânico), estão ligados a um modo de produção de análise cultural. O foco analítico de suas produções é gerado em torno de três conceitos básicos: cultura, poder e identidade. Entretanto, o termo “cultura” é uma categoria-chave e um ponto de partida.

Respalado pela questão cultural amplamente difundida nesse campo de saber, seus autores buscam dar centralidade à cultura, na compreensão das sociedades contemporâneas, embora o conceito de cultura seja compreendido por vários vieses como da antropologia, sociologia, psicanálise. Mesmo assim, a tendência é uma abordagem crítica e interdisciplinar dos EC.

Hall (1997) nos faz refletir sobre o conceito de cultura, argumentando:

[...] que não é que ‘tudo é cultura’, mas que toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem dimensão cultural (HALL, 1997, p. 33).

Para pensar as nossas relações sociais com os povos indígenas a partir das teorias da cultura, precisamos buscar revisar, ressignificar e construir nosso

⁷ O conceito de ressignificação é um dos pontos de aproximação entre os Estudos Culturais e os autores pós-modernos. Para aprofundar a discussão ver mais Fleuri (2005).

entendimento a respeito do que seja cultura na contemporaneidade. Assim, “[...] Stuart Hall (1997a e 1997c) diz que na ótica dos EC as sociedades capitalistas são lugares da desigualdade no que se refere à etnia, sexo, gerações e classes, sendo a cultura o *locus* central em que são estabelecidas e contestadas tais distinções” (COSTA et al, 2003, p. 38).

Os povos indígenas, por conta da colonização, e das relações de poder vigentes, acabaram sendo postos às margens da sociedade ocidental, pela estranheza que a diferença causou e ainda nos causa, por terem padrões diferentes da sociedade hegemônica. Costa (1999, p. 65) argumenta que a “[...] cultura ocidental eurocêntrica que se autodeclara instituidora de padrões em todas as dimensões da vida humana, governa os desejos e os sonhos e ainda invoca para si as credenciais de magnanimidade”. O campo dos Estudos Culturais parece romper com a visão elitista e naturalizada da cultura, problematizando as relações de poder, ser e saber que acabam constituindo as identidades.

Ao nos relacionar com os povos indígenas tendo a compreensão de que se trata de uma cultura apenas diferente, podemos armar de outra maneira nossas lentes sobre as relações de poder: sem hierarquias, considerando as ambivalências, as ambiguidades, os espaços fronteiros, os *entre-lugares*⁸, as identidades podem ser produzidas, reforçadas, subvertidas, contestadas.

Skliar (2003) recorre a metáfora do olhar, problematiza nossa percepção de “ver” o outro, segundo o autor, necessitamos olhar bem e ir além da atenção à diversidade e perceber a diferença do outro, indo além da tolerância e do respeito à alteridade. O autor (2003, p. 20) afirma que “[...] é preciso voltar a olhar bem aquilo que nunca vimos ou que já vimos, mas desapaixonadamente”. No entendimento de Calderoni (2010, p. 21), “Quando mudamos esse olhar, podemos perturbar a naturalidade das ‘coisas’ postas e arrumadas em nossa sociedade ocidentalizada, sociedade esta que posiciona os sujeitos com um referencial pronto de ser”.

Como afirmado antes, uma das principais temáticas deste estudo tem sido as identidades, vistas como múltiplas, mutantes, ambivalentes, não fixas e cambaleantes. Para esse entendimento, é importante examinar a forma como a

⁸ Bhabha (2003) nos convida a perceber outros espaços - *entre-lugares* - em que são produzidos a articulação das diferenças culturais, como discutiremos mais adiante.

identidade “[...] se insere no ‘circuito da cultura’ bem como a forma como a identidade e a diferença se relacionam com a discussão sobre a representação” (WOODWARD, 2003, p. 16). Segundo a autora, “[...] a identidade é relacional”, como também, “[...] é marcada pela diferença”, (p. 9).

Woodward (2003, p. 10), argumenta que “[...] a construção da identidade é tanto simbólica quanto social”. Assim, a identidade acaba marcada pela diferença, e, ao pensarmos com a autora sobre a identidade, ou as identidades que constituem um país como o nosso, podemos observar que este tem símbolos concretos que ajudam a identificar nas relações sociais quem é, por exemplo, pertencente aos povos indígenas e quem não é. Essa construção simbólica vem atravessada por relações de poder, carregadas por representações que causam muita dificuldade à convivência com o “outro”, com a alteridade dos índios.

Entendemos com a autora, que a identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças, neste caso entre grupos étnicos (índios e não índios), são vistas como mais importantes, com certa hierarquia em relação às outras, especialmente em lugares e em momentos particulares (WOODWARD, 2003). Segundo Hall (1997), nossas relações estão carregadas pelas representações, e, ao analisar os sistemas de representação, precisamos refletir também sobre a relação entre cultura e significado.

16

Segundo Silva (2003, p. 81):

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.

Compreendemos com Silva (2003) que pela afirmação de uma identidade, e a enunciação das diferenças que a posicionam, esta se encontra envolvida em um jogo de poder, ser e saber e por “[...] outros recursos simbólicos e materiais da sociedade” (p. 81). Assim, podemos compreender os processos históricos e atuais de elaboração identitária dos povos indígenas, sempre calcados por relações subalternas e de inferioridade. Nesse ponto, os EC nos ajudam a constatar a ambivalência dessas relações culturais e de poder, sempre assimétricas, reservando a esses povos papéis subalternos, sobretudo nas narrativas de instituição de suas próprias sociedades.

Tratar das identidades indígenas torna-se, assim, um desafio ainda maior, pois passamos a nos referir a representações distorcidas e relações hegemônicas

que impõem a esses povos elementos exógenos a suas culturas, pautando, inclusive sua maneira de ser no mundo.

Por outro lado, ainda que a identidade tenha a tendência à fixação, trata-se de um processo ambíguo e instável, que tende a fixá-la e estabilizá-la e ambivalentemente tende a subvertê-la e a desestabilizá-la, tornando-a cada vez mais complicada. Aqui surgem margens de “negociação”, em que os povos indígenas conseguem mudar/hibridizar elementos periféricos (traços diacríticos como vestimentas, língua, pinturas culturais, dentre outros) enquanto lutam para manter sua cosmovisão.

Nesse processo, a identidade e a diferença tendem à representação, pois somente a partir da representação estas adquirem sentido. Segundo Silva (2003, p. 91):

[...] é também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam ao sistema de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre a identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade.

Ao analisar a construção social e genérica dos povos indígenas, com as contribuições dos EC, podemos perceber o valor constituidor da linguagem, perceber também que a identidade e a diferença são criaturas marcadas pela linguagem, o que torna as nossas relações com os índios ambivalentes.

Essas reflexões têm nos chamado a atenção para a contemporaneidade, para novas configurações que estamos vivendo e para a dinamicidade da cultura, analisando as relações de poder que constroem as identidades desses povos indígenas e as posicionam em nosso sistema social ocidental de forma assimétrica.

OUTROS CONCEITOS, olhares diferentes para os povos indígenas

As apropriações epistêmicas dos Estudos Culturais têm gerado uma diversificação de estudos que potencializam as discussões referentes à identidade e à diferença entre os povos colonizados; apresentando-nos alguns conceitos que têm contribuído para pensar as diferenças entre os povos. Esses conceitos/categorias viabilizam possibilidades fecundas e teórico-metodológicas que nos fazem vislumbrar alternativas para pensar como nos relacionamos com os

povos indígenas, superando as análises excludentes e dicotômicas em grande parte vigentes em nosso país.

Focados na “centralidade” da cultura (Hall, 1997), buscamos um “outro” olhar para os povos indígenas, não naturalizado, regularizado e normalizado, como nos é apresentado nos discursos hegemônicos na sociedade atual.

Conforme afirmamos, Hall nos anos 80 provoca um deslocamento epistêmico das análises por determinismos econômicos e os idealismos culturais, e, propõe-nos a noção de articulação para pensarmos os processos sociais. A noção de articulação proposta por Hall enfatiza a necessidade de pensar a cultura junto à ideologia – e as práticas a partir de uma determinada estrutura. O autor provoca-nos a pensar a relação entre as práticas e a estrutura em termos de uma dupla articulação.

Recorro para esta discussão à concepção de articulação problematizada por Bonin (2007, p. 68), apoiada em Dauder e Bachiller (2002) segundo o qual,

[...] propõe pensar a articulação como um ‘filtro ótico’, através do qual podemos ver as coisas diferentes daquelas que se produzem num olhar dualista. Para elas, ‘é na tensão da diferença- que torna possível qualquer intento de homogeneidade ou totalidade- que se produz a possibilidade de pensar em ‘conexões parciais’ entre elementos, conexões que constituem ao invés de serem constituídas por estes (p. 46-47).

18

A articulação como estratégia de análise permite-nos descentralizar dos essencialismos, das hierarquias que envolvem, como nomeamos, as identidades dos povos indígenas e suas diferenças. Ao ter a articulação como “filtro ótico”, como nos ensina Dauder e Bachiller (2002), podemos construir relações outras com os povos indígenas, assim como novas práticas e olhares para que suas diferenças tornam-se possíveis.

Os EC, a partir dos povos indígenas, permitem rever a diferença não mais a partir de um único referencial, não mais considerando ou partindo de uma classificação hierarquizada, construída pelo único modelo cultural, o hegemônico. Essas relações são o que nos tensiona nesse campo de saber.

Segundo Bhabha (2003, p. 21-22):

As diferenças sociais não são simplesmente dadas à experiência através de uma tradição já autenticada; elas são os signos da emergência da comunidade concebida como projeto - ao mesmo tempo uma visão e uma construção - que leva alguém para

“além” de si para poder retornar, com um espírito de revisão e reconstrução, às condições políticas do presente.

Reconhecer que somos diferentes para estabelecer a existência de uma diversidade cultural no Brasil não provocou um deslocamento na hierarquização entre os povos que compõem nossa nação, pois essa diferença (étnica) vem carregada de estereótipos e representações que subjagam e subalternizam os povos indígenas. Segundo Bonin (2007, p. 46), “Nossas próprias narrativas sobre estilos de vida e práticas dos povos indígenas, servem muito comumente, como justificativa para atribuímos a eles certas características e determinadas condições” marcadas pela depreciação.

Fazer a leitura de nossa diversidade cultural sob a ótica dos EC ajuda-nos a revisitar e desconstruir nossas certezas, pluralizar nossos saberes, ressignificar as certezas, reinventar identidades e subjetividades.

O conceito de *entre-lugar* proposto por Bhabha (2003) se constitui também em um operador de leitura para um campo dos Estudos Culturais. Bhabha (2003, p. 20) problematiza: “De que modo formam sujeitos nos *entre-lugares*, nos excedentes da soma das ‘partes’ da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)?”

Nesse entendimento as identidades não se constroem nas singularidades, como às de gênero, etnia, classe social, mas nas fronteiras. São os *entre-lugares* que possibilitam que a fronteira torne-se “[...] o lugar do qual algo começa a se fazer presente” (BHABHA, 2003, p. 24).

O espaço fronteiro da cultura requer um encontro com “o novo” que não seja mera reprodução ou continuidade de passado e presente. Nas fronteiras é que se revelam as compreensões sobre a humanidade e sobre a vida, nelas que se permite um reordenamento de sentidos, uma vez que reúnem as diferenças que se cruzam e se articulam nas relações humanas e sociais.

Para Bhabha, (2003, p. 20-21), existe a necessidade de transpor para além das narrativas de subjetividades originárias e focalizar os momentos que são produzidos na articulação das diferenças culturais - os *entre-lugares*. O autor argumenta que os *entre-lugares* propiciam o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação (singular e coletiva) que dão início a novos signos de identidade e lugares inovadores de contestação e colaboração, no ato de definir a própria ideia de sociedade.

Bhabha (2003) contribuiu para repensarmos e ressignificarmos a nossa compreensão sobre o olhar binário, reflete sobre o mito da unidade cultural, o qual chama de “mito progressista da modernidade”. Refere-se a “mitos totalizadores”, que nos homogeneizam de acordo com um referencial cultural, que nos impedem de compreender a diferença dos povos indígenas, por isso nos propõe o conceito de *entre- lugares*.

ANOTAÇÕES SOBRE UMA POSSÍVEL LEITURA: a (in) possibilidade de articulação

As reflexões que aqui visualizamos são apenas uma amostra do potencial dos Estudos Culturais, um campo de produção híbrida, que pode gerar tantos deslizamentos epistêmicos como a construção de novas reflexões e conhecimentos. Potencializam elementos de contestação e de resistência que nos conduzem a uma possível mudança social. Com esse “filtro ótico”, outras ideias podem ser situadas, assim novos sentidos e significados podem ser atribuídos para os povos indígenas. Com as lentes reorientadas lançamos um olhar de estranhamento e desnaturalização para a autoridade cultural que permeia as relações entre índios e não índios, e para a luta desses grupos pela própria representação contestando a dominação cultural que lhes é imposta.

20

Os Estudos Culturais nos parecem ser um campo epistêmico de reflexões e argumentos que possibilitam compreender a cultura dos povos indígenas com outros olhares e, ao mesmo tempo, atribuir a ela diferentes formas e significados, que não aqueles pautados pelas representações preconceituosas e excludentes. Esse campo de saber se difere de outros campos que buscam superar conceitos e categorias estabelecidos, indicando-os como insuficientes para uma análise social e cultural, pois não tem a pretensão de encontrar a verdade, e sim colocar determinados conceitos “sob rasura” para pensar o isso e o aquilo que constituem uma relação com lógicas diferentes.

Queremos atentar para três pontos que, durante esta reflexão, tornaram-se significativos: a importância do entendimento da cultura, para além de seu conceito clássico – especialmente para compreender que existem outras culturas, outras lógicas, diferentes, não desiguais; um outro, a preocupação com as relações de poder, ser e saber que marcam e posicionam hierarquicamente uma determinada cultura e os estudos sobre a identidade cultural, relevantes para os estudos e relações que envolvem o encontro entre culturas diferentes.

Consideramos estas categorias as mais importantes – para os olhares e saberes indígenas – uma vez que, na sociedade brasileira, ainda é dominada pela forma de pensar colonial.

Quanto ao entendimento da cultura na contemporaneidade e dos processos sociais e políticos que a constituem, os EC nos permitem perspectivas de análise outras sobre os povos indígenas, possibilita-nos entender as estratégias de resistência desenvolvidas contra essas “reproduções” dominantes, fazendo frente a aspectos alterados e negados pelas relações coloniais ainda vigentes.

É nesse sentido que os EC provocam-nos a pensar a diferença dos índios para além da contemplação da diversidade. Com esse “filtro ótico”, procuramos uma abertura estrutural para a alteridade, a qual modifica ou regula a presença dos índios em nossa sociedade. Suas produções tornaram-se âncoras epistemológicas para formulação de uma política cultural e para o estabelecimento de relações outras com os povos indígenas.

Referências Bibliográficas

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BONIN, Iara Tatiana. **E por falar em povos indígenas...: quais narrativas contam em práticas pedagógicas?** Porto Alegre, UFRGS, (Tese de Doutorado), 2007.

BRAND, Antonio, J. Os acadêmicos indígenas e as lutas por autonomia de seus povos. In: SEMERARO, Giovanni [et. al](Orgs). **Gramsci e os movimentos populares**. Niterói: UF, 2011, p. 201-214.

CALDERONI, Valéria, A. M. O. **Nas tramas da igualdade e da diferença frente a alteridade dos alunos indígenas**. Dissertação de Mestrado. UCDB, Campo Grande, 2010.

COSTA, Marisa V.; SILVEIRA, Rosa. H. and SOMMER, Luis. H. **Estudos culturais, educação e pedagogia**. Revista. Brasileira. Educ. [online]. 2003, n.23, pp. 36-61. ISSN 1413-2478.

COUTO, MIA. **As confissões da leoa**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

DAUDER. Silvia Garcia; BACHILLER, Carmem Romero. Rompendo viejos dualismo de la (in) posibilidades de la articulacion. Athenea Digital, n2, out, 2002.

ESTEBAN, Maria Teresa. Destruição e diálogo no cotidiano escolar. **In: Afinal onde esta a escola? 2009, n 187.**

FLEURI, Reinaldo Matias; SOUZA, Maria Izabel Porto de Souza. **Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural.** XI ENDIPE: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – Igualdade e Diversidade na Educação. 26 a 29 de maio, 2005 – Goiânia/GO. Publicado em CD Room.

GORE, Jennifer. M Foucault e Educação: Fascinantes Desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **O Sujeito da Educação: Estudos foucaultianos.** Petrópolis: Vozes, 1994.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.22, n. 2, p.15-46, jul./dez.1997.

_____. Quem precisa da identidade. In SILVA, T.T.; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Org. **Identidade e diferença.** A perspectiva dos Estudos Culturais. 6º ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Terezinha, Silva. **Olhares que fazem a "diferença": o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais.** Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2003 Nº 22.

SILVA, Tomás. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T.; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org). **Identidade e diferença.** A perspectiva dos Estudos Culturais. 6º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença:** e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: D&A, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T.; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org). **Identidade e diferença.** A perspectiva dos Estudos Culturais. 6º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.